que a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Atividades deste contrato.

3 — Caso as comparticipações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante não tenham sido aplicadas na competente realização das atividades previstas, o 2.º outorgante obriga-se a restituir ao 1.º outorgante os montantes não aplicados e já recebidos.

4 — As comparticipações financeiras concedidas ao 2.º outorgante pelo 1.º outorgante ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em 2013 ou em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respetivos Programas de Atividades, são por esta restituídas ao 2.º outorgante podendo este Instituto, no âmbito do presente contrato-programa, acionar o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 7.ª

Tutela Inspetiva do Estado

Compete ao 1.º outorgante fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

Cláusula 8.ª

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º outorgante do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das comparticipações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante.

Cláusula 9.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 10.ª

Vigência do contrato

Salvaguardando o disposto na cláusula 2.ª, sem prejuízo da satisfação das obrigações contratuais estabelecidas na cláusula 5.ª supra, a produção de efeitos do presente contrato retroage à data de início da execução do programa e termina em 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 11.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 28 de agosto de 2014, em dois exemplares de igual valor.

28 de agosto de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, *Ricardo Manuel Ramos José*.

208060653

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11262/2014

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 3.º, nos n.ºs 2 e 4 do artigo 8.º e no artigo 11.º do De-

creto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2012, de 13 de novembro, 29/2013, de 21 de fevereiro, 60/2013, de 9 de maio, 119/2013, de 21 de agosto, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, e de harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto, que aprova a Lei Orgânica do Ministério das Finanças, determino o seguinte:

1. Delegar na Secretária de Estado do Tesouro, Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco, os meus poderes e competências:

a. No âmbito do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de dezembro;

b. No âmbito do n.º 4 do artigo 4.º, n.º 6 do artigo 5.º, n.º 6 do artigo 6.º, n.º 1 do artigo 8.º e n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 21/2014, de 11 de fevereiro;

c. No âmbito do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro.

2. O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

1 de setembro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

208064185

Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e da Secretária de Estado do Tesouro

Portaria n.º 727/2014

No âmbito das suas atribuições compete ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, doravante designado por FRCP, assegurar os apoios financeiros a conceder a fundo perdido, para a execução das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

As condições de atribuição do financiamento são definidas nos contratos de financiamento a celebrar entre o FRCP e o serviço utilizador do imóvel, cuja candidatura foi aprovada, nos termos do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, na redação introduzida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que procede à criação do Fundo e da Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que estabelece as condições relativas à atribuição dos apoios financeiros para a realização das operações de reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado.

No âmbito do contrato de financiamento a celebrar com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, o FRCP compromete-se a atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 764.328,61, com IVA incluído à taxa legal em vigor, para a realização das obras de recuperação e valorização do Palácio das Laranjeiras, sito na Estrada das Laranjeiras, n.º 205, em Lisboa, sendo o remanescente da despesa no valor de € 254.776,21, com IVA incluído à taxa legal em vigor, assegurado por verbas adequadas do orçamento de investimento daquela Secretaria-Geral para os anos de 2014, 2015 e 2016.

Considerando que se prevê que o período de execução das obras decorra entre 2014 a 2016 e que dará origem a encargos orçamentais plurianuais para o FRCP, em 2014 e 2015, torna-se necessário proceder à repartição plurianual do encargo financeiro resultante do contrato a celebrar.

Assim:

Ao abrigo do disposto nos artigos 25.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, manda o Governo, pela Secretária de Estado do Tesouro e pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, no uso das competências que lhe foram delegadas pela Ministra de Estado e das Finanças, respetivamente, através do Despacho n.º 11841/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 12 de setembro de 2013, e do Despacho n.º 9459/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 19 de julho de 2013, o seguinte:

Artigo 1º

Fica o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial autorizado a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de financiamento a celebrar com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, respeitante ao apoio financeiro a conceder destinado às operações de recuperação e valorização do Palácio das Laranjeiras, no montante global de € 764.328,61 (setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e oito euros e sessenta e um cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

Os encargos orçamentais decorrentes da assinatura do contrato de financiamento acima referido são repartidos da seguinte forma:

- a) Em 2014: € 90.000,00 (noventa mil euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor;
- b) Em 2015: € 295.200,00 (duzentos e noventa e cinco mil e duzentos euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor;
- c) Em 2016: € 379.128,61 (trezentos e setenta e nove mil, cento e vinte e oito euros e sessenta e um centésimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor.

Artigo 3.º

Os encargos emergentes da presente portaria serão satisfeitos por verbas adequadas provenientes de receitas próprias, inscritas e a inscrever no orçamento de funcionamento do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial.

Artigo 4.º

O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

Artigo 5.º

A presente portaria produz efeitos a contar da data da sua assinatura.

16 de julho de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco*.

208059244

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 11263/2014

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Margarida Maria Vieira Crespo licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Margarida Maria Vieira Crespo, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2014.

29 de agosto de 2014. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

208060134

Despacho n.º 11264/2014

Considerando que ao abrigo do decreto-lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Violeta Maria Couto do Rosário licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Autorizo que, nos termos do artigo 1º do decreto-lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Violeta Maria Couto do Rosário, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2014.

29 de agosto de 2014. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

208060378

Autoridade Tributária e Aduaneira

Despacho n.º 11265/2014

Delegação de competências

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do CPA e no artigo 62.º da LGT, pela forma que se segue, delego as seguintes competências próprias:

1 — Na diretora de finanças adjunta, licenciada Maria Augusta Andrade Lopes, TAT2:

- a) Coordenação das Unidades Orgânicas (UO) referidas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 38.º da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro, e equipas de apoio e planeamento.

- b) Autorização da passagem de certidões sobre assuntos da competência das UOs referidas no número anterior

- c) Elaborar o plano regional de atividades da inspeção tributária a que se refere o artigo 25.º do Regime Complementar de Procedimento da Inspeção Tributária

- d) Proceder à seleção dos sujeitos passivos a fiscalizar por iniciativa dos serviços distritais

- e) Prática dos atos necessários à credenciação dos funcionários com vista à realização dos atos inspetivos;

- f) Extensão do procedimento de inspeção a área diversa da contemplada na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do RCPIT, nos termos do artigo 17.º do mesmo diploma;

- g) Autorização da dispensa de notificação prévia do procedimento de inspeção perante ocorrência de excecionalidade contemplada no artigo 50.º, n.º 1 alínea f) do Regime Complementar de Procedimento da Inspeção Tributária;

- h) Suspensão da prática dos atos de inspeção, nos termos do artigo 53.º do Regime Complementar de Procedimento da Inspeção Tributária;

- i) Autorização da ampliação do prazo máximo de conclusão do procedimento de inspeção, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 36.º do Regime Complementar de Procedimento da Inspeção Tributária;

- j) Fixação do prazo de audição prévia, nos termos dos artigos 60.º, da lei geral tributária e 60.º do Regime Complementar de Procedimento da Inspeção Tributária, no âmbito dos procedimentos de inspeção tributária, bem como praticar os subsequentes atos até à conclusão do procedimento;

- k) Apreciar e sancionar todos os relatórios de ações inspetivas, bem como de todas as informações concluídas nas respetivas divisões, conforme prevê o artigo 62.º, n.º 6, do RCPIT;

- l) Determinação do recurso à avaliação indireta da matéria tributável e prática dos atos de apuramento, fixação ou alteração, nos termos dos artigos 39.º e 65 do CIRS, 57.º e 59.º do CIRC, 90.º do CIVA, n.º 2 do artigo 9.º do CIS e artigos 82.º e 87.º a 90.º da LGT;

- m) Determinação da matéria tributável no âmbito da avaliação direta e prática dos atos de apuramento, fixação ou alteração, nos termos do n.º 5 do artigo 65.º do CIRS, do n.º 3 do CIRC e dos artigos 67.º do CIS e 81.º e 82.º da lei Geral Tributária);

- n) Autorização para emissão, revisão a recolha de todos os tipos de declarações oficiosas e documentos de correção;

- o) A prática dos atos referidos nos n.ºs 3, 4, 5, 6 e 13 do artigo 91.º da lei Geral Tributária;

- p) Determinação do valor dos estabelecimentos, quotas ou partes sociais, bem como de ações, nas condições previstas nos artigos 77.º do CIMSISD e 31.º do CIS;

- q) Apreciação dos pedidos de restituição de IVA às igrejas e comunidades religiosas com sede ou domicílio fiscal na área desta direção de finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, com a redação introduzida pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de dezembro;

- r) Designação dos peritos regionais para a realização de segundas avaliações, nos termos dos artigos 74.º e 76.º do CIMI;

- s) Alterar os elementos declarados pelos sujeitos passivos nos termos do n.º 4 do artigo 65.º do CIRS e artigos 103.º e 104.º do CIRC, quando as correções a favor do Estado se refiram aos pagamentos por conta declarados, bem como fixar os prazos para a audição prévia na sequência daquelas alterações, nos termos do n.º 6 do artigo 60.º da LGT;

- t) Decidir sobre a revogação total ou parcial das liquidações do imposto, nos termos do artigo 93.º do CIRS, relativamente à falta de indicação na declaração anual de rendimentos de importâncias retidas na fonte ou de pagamentos efetuados por conta;

- u) Aprovar o plano anual de férias e suas alterações relativamente aos funcionários afetos às UOs que coordena;

- v) Assinar toda a correspondência das UOs que coordena.

2 — No chefe da divisão de planeamento e coordenação, licenciado Vítor Manuel Melo Fernandes, TSA:

- a) Coordenar os serviços da AT na Loja do Cidadão de Viseu;

- b) Monitorizar a execução dos Planos de Atividades das diversas UOs;

- c) Coordenar os procedimentos no âmbito do Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP);

- d) Monitorizar a pontualidade e assiduidade dos funcionários da DF;

- e) Assinar folhas e documentos de despesa;

- f) Apor o visto nos documentos de despesa cujo processamento e emissão sejam da responsabilidade da Direção de Finanças de Viseu;

- g) Zelar pela conservação e manutenção das instalações e equipamentos do Distrito;

- h) Aprovar o plano anual de férias e suas alterações relativamente aos funcionários da respetiva Divisão e dos Serviços Locais;

- i) Justificar as faltas e licenças previstas legalmente e autorizar o início dos períodos de férias constantes dos respetivos planos a todos os trabalhadores desta Direção de Finanças, com exclusão dos dirigentes, bem como aos Chefes de Finanças dos Serviços Locais;